



CARREIRAS POLICIAIS



17/01/2018

Prova 1

NOME: _____

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES

1. Ao receber a ordem do **fiscal de sala**, confira este **caderno** com muita atenção, pois nenhuma reclamação sobre o total de questões e/ou falhas na impressão serão aceitas depois de iniciada a prova.
2. **Cartão de respostas:**
 - a) Tem, obrigatoriamente, de ser assinado e não poderá ser substituído, portanto, não o rasure nem o amasse;
 - b) Marque, no **cartão de respostas**, para cada questão, uma única resposta. A ausência de marcação, a rasura ou a marcação de mais de um campo implicará anulação dessa questão;
 - c) No **cartão de respostas**, a marcação das letras correspondentes às respostas deve ser feita cobrindo a letra e preenchendo todo o espaço do campo, de forma contínua e densa. **A leitora ótica** é sensível a marcas escuras; portanto, preencha **fortemente** os campos de marcação completamente, veja o exemplo:

 - d) Reserve os trinta (30) minutos finais para marcar seu **cartão de respostas**.
3. Será **eliminado** o candidato que:
 - a) Utilizar-se, durante a realização das provas, de máquinas e/ou relógios de calcular, bem como de rádios gravadores, headphones, telefones celulares ou fontes de consulta de qualquer espécie;
 - b) Ausentar-se da sala em que se realizam as provas levando consigo o caderno de questões e/ou o **cartão de respostas**;
 - c) Recusar-se a entregar o caderno de questões e/ou o **cartão de resposta** quando terminar o tempo estabelecido.

Observações: Recursos até terça-feira às 12 horas.

BOA PROVA!

Direito Penal Especial

Pedro, José e Alfredo integram uma organização criminosa que opera com tráfico de drogas e comete vários crimes na periferia de uma grande cidade brasileira. José ocupa uma posição mais alta na organização, sendo responsável por punir quem não correspondesse às expectativas do grupo. Certo dia, tendo Alfredo falhado na cobrança de uma dívida do tráfico, José, com a ajuda de Pedro, deu-lhe uma surra. Com o objetivo de se vingar de ambos, Alfredo armou um plano para acabar com a vida de José e atribuir a responsabilidade a Pedro. Assim, durante um tiroteio entre integrantes da organização criminosa e policiais, Alfredo, apontando na direção de José, que estava atrás de um arbusto, orientou Pedro a atirar nele, sob a alegação de que se tratava de um policial. O tiro atingiu José e Alfredo fugiu. Tendo percebido o erro, Pedro levou José ao hospital, o que evitou sua morte.

Considerando que, conforme o Código Penal, o crime de homicídio consiste em matar alguém e o crime de lesão corporal em ofender a integridade corporal ou a saúde de outrem, julgue o próximo item a respeito da responsabilização de Alfredo e Pedro na situação hipotética apresentada.

- 01) Tanto Pedro quanto Alfredo responderão por tentativa de homicídio.

Em relação aos crimes contra a pessoa, julgue o próximo item.

- 02) A inobservância de regra técnica de profissão, arte ou ofício por parte do autor do fato integra o tipo penal do homicídio culposo.

- 03) O crime de lesão corporal de natureza grave é caracterizado se da conduta do agente resulta incapacidade da vítima para as ocupações habituais por mais de trinta dias; perigo de vida; debilidade permanente de membro, sentido ou função; ou aceleração de parto.

Acerca dos crimes contra a pessoa, julgue o próximo item.

- 04) O homicídio, o induzimento, instigação ou auxílio a suicídio e o aborto são os únicos tipos penais constantes no capítulo que trata de crimes contra a vida.

Em relação aos crimes contra a pessoa, considerando que todos os agentes são imputáveis, julgue o próximo item.

- 05) Situação hipotética: Marieta Julieta, 58 anos, foi assassinada por menosprezo ou discriminação à condição de mulher na frente de seu filho Wigo Cristino, 40 anos. Assertiva: Nesse caso, ao sujeito ativo do crime em tela, haverá aumento de pena de um terço a metade.

Júlio foi denunciado em razão de haver disparado tiros de revólver, dentro da própria casa, contra Laura, sua companheira, porque ela escondera a arma, adquirida dois meses atrás. Ele não tinha licença expedida por autoridade competente para possuir tal arma, e a mulher tratou de escondê-la porque viu Júlio discutindo asperamente com um vizinho e temia que ele pudesse usá-la contra esse desafeto. Raivoso, Júlio adentrou a casa, procurou em vão o revólver e, não o achando, ameaçou Laura, constringendo-a a devolver-lhe a arma. Uma vez na sua posse, ele disparou vários tiros contra Laura, ferindo-a gravemente e também atingindo o filho comum, com nove anos de idade, por erro de pontaria, matando-o instantaneamente. Laura só sobreviveu em razão de pronto e eficaz atendimento médico de urgência.

Com referência à situação hipotética descrita no texto anterior, julgue o próximo item de acordo com a jurisprudência do STJ.

- 06) A hipótese configura aberratio ictus, devendo Júlio responder por duplo homicídio doloso, um consumado e outro tentado, com as penas aplicadas em concurso formal de crimes, sem se levar em conta as condições pessoais da vítima atingida acidentalmente.

Julgue o item, considerando a lei e a jurisprudência dos tribunais superiores.

- 07) Situação hipotética: Mãe, sob o estado puerperal, pratica uma conduta visando a morte do próprio filho, logo após o parto. Contudo, quando da expulsão do feto, verificou-se que era anencéfalo. Assertiva: Nessa situação, podemos afirmar que a mãe cometeu o crime de infanticídio consumado.

- 08) Por se tratar de delito de perigo abstrato, o abandono de incapaz dispensa a prova do efetivo risco de dano à saúde da vítima.

Acerca dos crimes contra a pessoa, julgue o item subsequente.

- 09) No crime de rixa, a coautoria é obrigatória, pois a norma incriminadora reclama como condição obrigatória do tipo a existência de pelo menos três autores, sendo irrelevante que um deles seja inimputável. É correto afirmar que a ocorrência de lesão corporal de natureza grave ou morte qualifica o delito de rixa, respondendo por ela, inclusive, a vítima da lesão grave, por ser a rixa um crime reflexivo ou bilateral, em que os rixosos são ao mesmo tempo sujeito ativo e passivo do crime.

A respeito do crime de omissão de socorro, julgue o item.

- 10) A omissão de socorro classifica-se como crime omissivo próprio e instantâneo.

- 11) Caio, com dezoito anos de idade, reside com seu pai, de cinquenta e oito anos de idade, e com seu tio, de sessenta e um anos de idade. Sem dinheiro para sair com os amigos, Caio subtraiu dinheiro de seu pai e, ainda, o aparelho celular do tio. Nessa situação, Caio será processado, mediante ação penal pública, por apenas um crime de furto.

Álvaro e Samuel assaltaram um banco utilizando arma de fogo. Sem ter ferido ninguém, Álvaro conseguiu fugir. Samuel, nervoso por ter ficado para trás, atirou para cima e acabou atingindo uma cliente, que faleceu. Dias depois, enquanto caminhava sozinho pela rua, Álvaro encontrou um dos funcionários do banco e, tendo sido por ele reconhecido como um dos assaltantes, matou-o e escondeu seu corpo.

Acerca dessa situação hipotética, julgue o item.

- 12) Álvaro cometeu o crime de homicídio qualificado e será responsabilizado pelo resultado morte ocorrido durante o roubo.

No que concerne ao crime de apropriação indébita previdenciária previsto no Código Penal (CP), julgue o próximo item.

- 13) As figuras assemelhadas à apropriação indébita previdenciária constantes do CP são todas condutas omissivas relacionadas à ausência de recolhimento ou repasse de importâncias relacionadas à previdência social.

- 14) É extinta a punibilidade se o agente, voluntariamente — não necessita ser espontâneo —, declara e confessa as contribuições, importâncias ou valores e presta as informações devidas à previdência social, na forma definida em lei ou regulamento, antes do início da ação fiscal.

Um indivíduo, sem antecedentes criminais, que, consertando e vendendo telefones celulares novos e usados, exercia comércio clandestino no quintal de casa, expôs à venda, em certa ocasião, um celular roubado avaliado em R\$ 3.000. Ao ser indagado sobre a procedência do bem, o comerciante alegou que o comprara de um desconhecido, sem recibo ou nota fiscal. Embora não tenha ficado esclarecido como o celular chegara às suas mãos ou quem o subtraía, é inquestionável a procedência criminosa, já que a vítima, quando do roubo, havia registrado na delegacia a ocorrência do fato, o qual fora confirmado por testemunhas oculares.

- 15) Nessa situação hipotética, tal indivíduo responderá pela prática de crime de receptação qualificada, mesmo que a autoria do crime anterior não seja apurada, por tratar-se de crime parasitário ou acessório.

Acerca do crime de estelionato, julgue o próximo item.

- 16) Em se tratando de crime de estelionato cometido contra a administração pública, não se aplica o princípio da insignificância, pois a conduta que ofende o patrimônio público, a moral administrativa e a fé pública possui elevado grau de reprovabilidade.

- 17) Aplica-se a regra do concurso material de delitos a crime de estelionato previdenciário cometido por um só agente após o óbito do segurado, tendo esse agente efetuado saques mensais de prestações previdenciárias por meio de cartão magnético.

Na análise das classificações e dos momentos de consumação, busca-se, por meio da doutrina e da jurisprudência pátria, enquadrar consumação e tentativa nos diversos tipos penais. A esse respeito, julgue o próximo item.

- 18) A extorsão é considerada pelo STJ como crime material, pois se consuma no momento da obtenção da vantagem indevida.

Em relação aos crimes contra o patrimônio, julgue o próximo item.

- 19) No delito de estelionato, a pena será aplicada em dobro se o crime for cometido contra idoso.

Com relação a crimes contra a pessoa, contra o patrimônio e contra a administração pública, julgue o item que segue.

- 20) Para a configuração do delito de apropriação indébita previdenciária não é necessário que haja o dolo específico de ter para si coisa alheia; é bastante para tal a vontade livre e consciente de não recolher as importâncias descontadas dos salários dos empregados da empresa pela qual responde o agente.

Julgue o próximo item, referente a crimes de falsidade documental.

- 21) Será considerada atípica, por inexistência de ofensa à fé pública nacional, a conduta do estrangeiro que, para tentar sair irregularmente do Brasil, apresentar à Polícia Federal passaporte falso expedido por outro país.

Um indivíduo, sem antecedentes criminais, pagou, com cheque personalizado em nome de terceiro, mercadorias, no valor de R\$ 2.300, compradas em determinado supermercado. Para tanto, apresentou cédula de identidade falsificada com sua fotografia, tendo induzido em erro a pessoa responsável pelo caixa do supermercado. Consumada a ação, tal indivíduo, arrependido, rasgou e destruiu o talão de cheques e a identidade falsificada, inutilizando-os definitivamente.

Com referência à situação hipotética, julgue o item.

- 22) Nessa situação hipotética, o juiz responsável pelo julgamento do referido indivíduo deveria absolvê-lo por atipicidade de conduta, aplicando o princípio da insignificância.

No que concerne aos crimes em espécie, julgue o item seguinte.

- 23) Particular que apresentar em seu trabalho atestado médico falso, com assinatura e carimbo de médico inexistente, responderá pelo crime de falsidade ideológica, na modalidade do uso.

Concernente a crimes contra a fé pública, responda o item seguinte.

- 24) A conduta consistente em omitir que está empregado ao preencher cadastro público para obtenção de benefício social caracteriza crime de falsidade ideológica.

Com relação aos crimes em espécie previstos no CP, julgue o próximo item, considerando o entendimento jurisprudencial do STJ.

- 25) O indivíduo que, ao ser preso em flagrante, informa nome falso com o objetivo de esconder seus maus antecedentes pratica o crime de falsa identidade, não sendo cabível a alegação do direito à autodefesa e à não autoincriminação.

No que se refere aos crimes contra a fé pública, julgue o próximo item.

- 26) A conduta do agente que fabrica notas de real, por meio da falsificação de papel-moeda, é apenada com mais gravidade que a conduta do agente que introduz a moeda falsa em circulação.

No que se refere aos crimes contra a fé pública, julgue o item a seguir.

- 27) O agente que faz uso indevido de marcas, logotipos, siglas ou símbolos identificadores de órgãos da administração pública comete crime de falsificação de selo ou sinal público.

Em relação aos crimes contra a fé pública, julgue o próximo item.

- 28) Caracteriza falsificação de documento particular a alteração de testamento particular.

Com relação aos crimes contra a fé pública, julgue o item.

- 29) O tipo penal que incrimina a conduta de possuir ou guardar objetos especialmente destinados à falsificação de moeda constitui exceção à impunibilidade dos atos preparatórios no direito penal brasileiro.

Em relação aos crimes contra a fé pública bem como à aplicação das penas, julgue o item que se segue.

- 30) Aquele que omite nome do segurado e seus dados pessoais, a remuneração, a vigência do contrato de trabalho ou de prestação de serviços, em Carteira de Trabalho e Previdência Social do empregado ou em documento que deva produzir efeito perante a previdência social, responderá pelo crime de falsidade ideológica.

No que se refere aos crimes contra a administração da justiça, julgue o item seguinte.

Jonas usou de grave ameaça contra perito com o objetivo de favorecer os interesses da empresa onde trabalha, que está envolvida em contenda submetida ao juízo arbitral.

- 31) Nessa situação, o crime cometido por Jonas é tipificado como coação no curso do processo.

No que se refere aos crimes contra a administração da justiça, julgue o item seguinte.

- 32) As condutas subornar testemunha, coagir no curso do processo e fraudar o processo, caso tenham por escopo obter prova destinada a produzir efeito em processo penal, configuram causas de aumento de pena.

O canadense Michael, após cumprir pena no Brasil por tráfico internacional de drogas, teve decretada sua expulsão do país. No entanto, quando foi determinada a execução da medida compulsória de sua retirada, Michael não foi localizado, permanecendo no Brasil. No ano seguinte ao ato executório, ele foi detido em região de fronteira, em território brasileiro, com mercadoria nacional, destinada à exportação.

Com referência a essa situação hipotética, julgue o item a seguir.

- 33) Michael praticou o crime de reingresso de estrangeiro expulso: a sua permanência em território nacional, de acordo com o Código Penal, é equiparada a reingresso.

A respeito do crime de contrabando e de descaminho, julgue o próximo item.

- 34) É inadmissível a aplicação do princípio da insignificância para o crime de contrabando, uma vez que o bem jurídico tutelado não possui caráter exclusivamente patrimonial, mas envolve a vontade estatal de controlar a entrada de determinado produto em prol da segurança e da saúde públicas.

No exercício de suas atribuições, um funcionário público prestava atendimento a um cidadão quando necessitou buscar, no interior da repartição, um documento para concluir um procedimento. Por descuido do funcionário, um laptop da instituição, que estava sendo utilizado por ele, ficou desviado, às vistas do cidadão que recebia o atendimento. Quando o funcionário retornou, não encontrou o cidadão e observou que o laptop havia sumido. Posteriormente, as investigações policiais concluíram que aquele cidadão havia furtado o laptop, que não foi recuperado.

- 35) Nesse caso, o funcionário público praticou peculato culposo, podendo a punibilidade ser extinta caso ele repare o dano ao órgão até o trânsito em julgado da sentença penal condenatória.

A pedido de Ronaldo, um amigo portador de doença congênita cardiovascular, a médica Joana emitiu atestado médico afirmando que ele estava apto a praticar, sem prejuízos para sua saúde, esportes como a corrida. Ronaldo, então, utilizou o atestado como instrumento de prova para um concurso público para a polícia civil. Uma semana depois de assumir o cargo, Ronaldo passou mal, e o atestado foi colocado à prova, tendo passado a ser objeto de investigação criminal. O perito escalado para contestar ou reafirmar o atestado concedido pela médica protegeu a colega de profissão e atestou que o problema cardíaco de Ronaldo, embora congênito, pode ser de difícil diagnóstico, o que justificaria suposta falha de Joana. Ronaldo, entretanto, em sede de inquérito, confessou que havia pedido o atestado à médica. O perito voltou atrás e retratou-se, tendo afirmado que seria impossível a médica não ter verificado a doença.

Com referência à situação hipotética, julgue o item.

- 36) A conduta de Joana configura crime contra a administração pública.

Em relação aos crimes contra a administração pública, julgue o próximo item.

- 37) Configura o crime de resistência a conduta de opor-se à execução de ato legal, mediante violência ou ameaça a funcionário competente para executá-lo ou a quem lhe esteja prestando auxílio.

Acerca dos crimes previstos na parte especial do Código Penal, julgue o item a seguir.

- 38) Devido à previsão legal de outras sanções para a hipótese, segundo o entendimento do STJ, não pratica o crime de desobediência o indivíduo que livre e conscientemente, descumprindo medida protetiva de urgência deferida em favor de sua ex-companheira, aproxima-se dela e com ela mantém contato.

Jomar alega ser capaz de influir na decisão a ser tomada por um Juiz de Direito, solicitando certa quantia em dinheiro a Ovídio para garantir uma sentença favorável aos interesses deste. Jomar insinua, ainda, que parte do dinheiro será direcionada ao Juiz.

- 39) Considerando que todas as alegações são fraudulentas, majoritariamente se afirma que a conduta de Jomar se subsome ao tipo penal que prevê o tráfico de influência.

Com relação aos crimes em espécie, julgue o item.

- 40) Quem pratica navegação de cabotagem, fora dos casos permitidos em lei, responderá por contrabando com aumento de pena.

Legislação Especial

Com relação às regras previstas no Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826/2003), é correto afirmar que:

- 41) A posse irregular de arma de fogo é crime inafiançável.
- 42) Se um policial civil ou militar estiver portando ilegalmente arma de fogo de uso permitido, incorrerá em crime previsto na referida lei com aumento de pena.

A Lei nº 8.072/1990, considerada a lei dos crimes hediondos, sofreu alteração legislativa pela Lei nº 11.464/2007. Sobre a disciplina dos crimes hediondos, pode-se afirmar que:

- 43) A tentativa dos crimes previstos na referida lei não será considerada crime hediondo, somente o sendo o crime consumado.
- 44) Considera-se crime hediondo a posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito (art. 16, Lei nº 10.826/2003).

No que tange à Lei nº 8.072/1990 (crimes hediondos), é CORRETO afirmar que:

- 45) Em caso de sentença condenatória, o juiz decidirá fundamentadamente se o réu poderá apelar em liberdade.

Sobre a Lei nº 9.455/1997 (Lei de Tortura), julgue o item subsequente.

- 46) A Lei de Tortura incorporou dentre seus fundamentos uma cláusula de aumento de pena para o delito derivado da discriminação racial.
- 47) O crime de tortura é qualificado quando praticado mediante sequestro.

Sobre a Lei nº 9.455/1997 (Lei de Tortura), é INCORRETO afirmar que:

- 48) O disposto nesta Lei não se aplica quando o crime é cometido fora do território nacional, sendo a vítima brasileira ou encontrando-se o agente em local sob jurisdição brasileira.
- 49) A posse ilegal de substância entorpecente controlada, em circunstâncias que indiquem o propósito do possuidor de fornecimento, ainda que gratuito, a terceiros, consiste em crime previsto no art. 35, da Lei nº 11.343/2006 (Lei Antidrogas).

Com base na Lei Antidrogas (Lei nº 11.343/2006), julgue o item que se segue.

- 50) O crime de tráfico ilícito de entorpecentes admite a modalidade culposa.
- 51) Há previsão de causa de aumento de pena para o crime de tráfico ilícito de entorpecentes praticado com emprego de arma de fogo.
- 52) O inquérito policial para apurar os crimes previstos na Lei nº 11.343/06 será concluído no prazo improrrogável de 10 (dez) dias, se o indiciado estiver preso, ou de 30 (trinta) dias, se o imputado estiver solto.

Segundo o procedimento previsto na Lei nº 11.343/2006 (Lei Antidrogas), julgue o item que se segue.

- 53) Em qualquer fase da persecução criminal relativa aos crimes previstos na Lei nº 11.343/06, é permitida, mediante autorização judicial e ouvido o Ministério Público, a infiltração por agentes de polícia, em tarefas de investigação, constituída por órgãos especializados pertinentes.

Acerca da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006 (Lei Antidrogas), é correto dizer que:

- 54) Todos os crimes previstos na Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006 (Lei do SISNAD) são considerados de ação penal pública.

Acerca da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006 (Lei Antidrogas), é INCORRETO dizer que:

- 55) O indiciado ou acusado que colaborar obrigatoriamente com a investigação policial e o processo criminal na identificação dos demais coautores ou partícipes do crime, mesmo não sendo possível a recuperação total ou parcial do produto do crime, no caso de condenação, terá pena reduzida de um terço a dois terços.

De acordo com a Lei nº 11.343/2006 (Repressão ao tráfico e uso de droga), pode-se afirmar que:

- 56) O indiciado que planta, manuseia, prepara e depois vende maconha ("cannabis sativa lineu"), responde em concurso por cada uma das condutas nucleares do tipo penal, pois elas são realizadas em momentos distintos e plenamente identificáveis.

No que concerne à Lei de Abuso de Autoridade (Lei nº 4.898/1965), julgue o item a seguir.

- 57) A representação de que trata o art. 2º da lei pode ser dirigida ao Ministério Público e equivale ao direito de petição, previsto no art. 5º, XXXIV, da Constituição Federal.
- 58) Os crimes previstos no art. 3º são doutrinariamente classificados como delitos de atentado, significando que a conduta é punível apenas na modalidade consumada, restando impune a tentativa.

59) A condenação pelo crime de abuso de autoridade acarretará a perda do cargo, função ou emprego público e a interdição para seu exercício pelo dobro do prazo da pena aplicada.

Sobre a Lei Federal nº 4.898/1965, é correto afirmar que:

60) As penas previstas para a sanção penal do parágrafo 3º, artigo 6º, serão aplicadas cumulativamente.

Um comerciante, festejando o aniversário de sua cidade, em local público, no calor das felicitações, entrega, de forma gratuita, bebida alcoólica típica da região a um indivíduo com 15 (quinze) anos de idade, o qual aparenta a idade que de fato possui. O adolescente, ao caminhar em direção aos seus amigos, tropeça e a bebida é derramada por completo no chão, o que impossibilitou seu consumo.

61) Diante dos fatos narrados, é possível dizer que o comerciante suportará ação penal pública incondicionada, por ser o delito de natureza formal, não dependendo, para sua consumação, da ocorrência de resultado naturalístico.

Considerando as normas aplicáveis à autorização para viagem previstas na Lei nº 8.069/1990, é correto afirmar que:

62) A autoridade judiciária poderá, de ofício, conceder autorização válida por até 5 anos.

63) Quando se tratar de viagem ao exterior, a autorização é dispensável, se a criança ou adolescente viajar na companhia de um dos pais, autorizado expressamente pelo outro através de documento com firma reconhecida.

64) Nenhuma criança poderá viajar para fora da comarca onde reside, desacompanhada dos pais ou responsável, sem expressa autorização judicial. A autorização não será exigida quando a criança estiver acompanhada dos avós.

Nos termos da Lei nº 9.605/1998, que impôs medidas penais às condutas lesivas ao meio ambiente, é correto afirmar que:

65) O infrator arrependido que espontaneamente reparar o dano deve receber o benefício da atenuação da pena.

A respeito da Lei nº 9.605/1998 — Lei de Proteção ao Meio Ambiente —, é correto afirmar que:

66) As pessoas jurídicas serão responsabilizadas civil e administrativamente conforme a Lei, nos casos em que a infração seja cometida por decisão de qualquer funcionário destas, no interesse ou benefício próprio.

Em relação à aplicação das penas de que trata a Lei nº 9.605/1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, para imposição e gradação da penalidade, a autoridade competente observará:

67) A situação econômica do infrator, no caso de multa; os antecedentes do infrator quanto ao cumprimento da legislação de interesse ambiental; e a gravidade do fato, tendo em vista os motivos da infração e suas consequências para a saúde pública e para o meio ambiente.

Com relação à Lei nº 10.741/2003 (Estatuto do Idoso), é correto afirmar que:

68) O Estatuto do Idoso destina-se a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 65 (sessenta e cinco) anos.

69) A obrigação alimentar segue ordem sucessiva, sendo os descendentes diretos os prestadores preferenciais.

Com relação à Lei nº 10.741/2003 (Estatuto do Idoso), é INCORRETO afirmar que:

70) Não é incumbência do Poder Público fornecer medicamentos aos idosos gratuitamente.

Com base na Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) —violência doméstica e familiar contra a mulher—, julgue o item que se segue.

71) Considera-se violência moral qualquer conduta que cause a ela dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação.

Com base na Lei nº 11.340/2006, popularmente conhecida como Lei Maria da Penha, que cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, julgue o item que se segue.

72) O juiz assegurará à mulher em situação de violência doméstica e familiar, para preservar sua integridade física e psicológica, acesso prioritário à remoção quando servidora pública, integrante da administração direta ou indireta.

De acordo com a Lei das Contravenções Penais (Decreto-Lei nº 3.688/1941), julgue o item abaixo.

73) A tentativa de contravenção do jogo do bicho não é punida.

Com base na Lei nº 7.102/1983, que dispõe sobre segurança para estabelecimentos financeiros, estabelece normas para constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e de transporte de valores, e dá outras providências, julgue o item subsecutivo.

74) Os vigilantes, quando empenhados em transporte de pessoas, poderão utilizar espingarda de uso permitido, de calibre .12, .16 ou .20, de fabricação nacional.

Consoante a Lei de Preconceito Racial (Lei nº 7.716/1989) e suas alterações, julgue o item seguinte.

75) Considera-se crime na referida lei impedir ou obstar o acesso de alguém ao serviço em qualquer ramo das Forças Armadas por discriminação ou preconceito religioso.

76) Aquele que recusar, negar ou impedir a inscrição ou ingresso de aluno em estabelecimento de ensino público ou privado, de qualquer grau, em razão da cor, comete crime na lei em apreço, hipótese na qual se for praticado contra menor de dezoito anos, a pena será agravada de um terço.

Relativamente aos crimes cometidos na direção de veículos automotores, segundo o Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503/1997), é correto afirmar que:

77) Participar de um “racha”, sem resultar dano potencial à incolumidade pública ou privada, caracteriza o crime previsto na Lei.

Acerca dos crimes previstos no Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503/1997), julgue o item a seguir.

78) O crime de conduzir veículo automotor em via pública sem possuir a necessária habilitação para dirigir é classificado como crime de perigo abstrato e individual.

Relativamente aos crimes cometidos na direção de veículos automotores, segundo o Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503/1997), é correto afirmar que:

79) Ao autor do homicídio culposo, ainda que tenha socorrido a vítima, caberá a prisão em flagrante.

80) No crime de trânsito de lesão corporal culposa, sob a influência de álcool, é exigida a instauração de inquérito policial.

Raciocínio Lógico Matemático

Considerando a proposição P: “Se Paulo é policial, ou Ana é técnica administrativa, então Paulo estudou RLM ou Ana estudou português.”, julgue os itens seguintes relativos à lógica sentencial.

81) A proposição P é equivalente a “Se Paulo estudou RLM ou Ana estudou português, então Paulo é policial e Ana é técnica administrativa”.

82) Se a proposição “Paulo estuda RLM e Ana estuda português” for verdadeira, então a proposição P também será necessariamente verdadeira.

83) A tabela-verdade da proposição P contém mais de 10 linhas.

84) A negação da proposição “Paulo estudou RLM ou Ana estudou português.” pode ser expressa por “Paulo não estudou RLM nem Ana estudou português”.

Considere o seguinte texto:

Em turma com 30 alunos, uma comissão para representar a turma. Para essa comissão foram indicados 6 alunas e 4 alunos. Com base nessas informações julgue os próximos itens.

85) Se a comissão de 8 alunos for formada por exatamente 5 meninas, então o número de maneiras que poderão ser escolhidos os 8 alunos para formar a comissão será igual a 24.

86) O número de maneiras de se escolher os 8 alunos que formarão a comissão dentre os 10 alunos indicados é superior a 80.

87) Se forem escolhidos 2 alunos ao acaso dentre os 10 alunos indicados para a comissão, a probabilidade de os dois alunos serem do mesmo sexo é aproximadamente a 7/15.

Considerando que P, Q e R sejam proposições simples e S uma proposição composta e a tabela verdade abaixo, julgue os próximos itens:

P	Q	R	S
V	V	V	
V	V	F	
V	F	V	
V	F	F	
F	V	V	
F	V	F	
F	F	V	
F	F	F	

88) Considerando que S seja a proposição “ $P \vee Q \Leftrightarrow R \wedge P$ ”, a coluna da proposição S conterá de cima para baixo os valores V, F, V, F, F, F, F, F.

89) Considerando que S seja a proposição “ $\sim[P \rightarrow (\sim Q \vee \sim R)] \rightarrow (\sim Q \wedge R \wedge P)$ ”, a coluna da proposição conterá somente o valor verdadeiro, ou seja S é uma tautologia.

P1: Se ocorre crime, então há violência.

P2: Ocorre crime ou as vítimas sofrem.

P3: Se as vítimas sofrem então não há punição de criminosos.

P4: Há punição de criminosos.

C: Portanto, há violência.

Considerando o argumento apresentado acima, em que P1, P2, P3 e P4 são as premissas e C, a conclusão, julgue os itens subsequentes.

90) O argumento apresentado é um argumento válido.

Considerando que P, Q e R sejam proposições simples e S uma proposição composta e a tabela verdade abaixo, julgue os próximos itens:

P	Q	R	S
V	V	V	
V	V	F	
V	F	V	
V	F	F	
F	V	V	
F	V	F	
F	F	V	
F	F	F	

91) Considerando que S seja a proposição “ $[P \rightarrow (\sim Q \wedge \sim R)] \Leftrightarrow [(\sim P \vee \sim Q) \wedge (\sim R \vee \sim P)]$ ”, é correto afirmar que S é uma tautologia.

P1: Se ocorre crime, então há violência.

P2: Ocorre crime ou as vítimas sofrem.

P3: Se as vítimas sofrem então não há punição de criminosos.

P4: Há punição de criminosos.

C: Portanto, há violência.

Considerando o argumento apresentado acima, em que P1, P2, P3 e P4 são as premissas e C, a conclusão, julgue os itens subsequentes.

92) A negação da proposição P1 pode ser escrita como “Se não ocorre crime, então não há violência”.

93) Considerando a proposição P4 como falsa, a proposição P3 será necessariamente falsa.

94) Caso o método de validação para o argumento seja a tabela verdade, a tabela resultante terá mais de 30 linhas.

95) A proposição P3 é equivalente a “Não há punição de criminosos ou as vítimas não sofrem”.

Considerando que as letras maiúsculas P, Q e R representem proposições conhecidas, julgue os próximos itens.

96) A proposição $\sim[\sim R \vee (Q \wedge P)]$ é equivalente à proposição $R \wedge (\sim Q \wedge \sim P)$

97) A proposição $\sim[\sim R \vee (Q \wedge P)]$ é equivalente à proposição $(\sim P \wedge R) \vee (\sim Q \wedge R)$.

98) A negação da proposição $(P \vee Q) \wedge \sim R$ é equivalente à proposição $(\sim P \wedge \sim Q) \vee R$.

99) Considerando-se as diferentes combinações de valorações verdadeiras ou falsas atribuídas às proposições P, Q e R, é correto concluir que as proposições $Q \rightarrow P$, $\sim(\sim P \wedge R)$ e $Q \wedge R$ não podem ser simultaneamente verdadeiras.

100) Se P e Q são proposições cujo valor lógico é Verdadeiro e R uma proposição cujo valor é Falso, então pode-se afirmar que a proposição composta $\{[P \vee (Q \rightarrow \sim R)] \vee (\sim P \leftrightarrow R)\} \vee (Q \wedge \sim R)$ será necessariamente verdadeira.

Em uma escola, os alunos podem optar pela prática de três esportes, Vôlei, Basquete e Futebol, podendo praticar, um, dois ou até mesmo os três esportes. Sabendo que 140 alunos praticam vôlei, 160, praticam basquete 80 praticam apenas futebol, 40 alunos jogam futebol e vôlei, 24 alunos jogam vôlei e basquete, e que 16 praticam os três esportes; e sabendo ainda que todos os alunos praticam pelo menos um esporte julgue os próximos itens.

101) É correto afirmar que nessa escola estudam mais de 360 alunos.

102) Mais de 90 alunos praticam somente vôlei.

103) O número de alunos que não jogam basquete é superior a 190.

104) É correto afirmar que o número de alunos que praticam apenas dois dos esportes citados é inferior a 33.

105) Selecionando-se um aluno dessa escola, a probabilidade de ele praticar futebol, sabendo que ele joga vôlei, é igual $2/7$.

106) Considerando apenas os 160 alunos que jogam basquete, se dois alunos forem escolhidos ao acaso, a probabilidade de os dois praticarem também vôlei e futebol é superior a 1%

Os irmãos, João, Pedro e Lucas nasceram cada um em uma cidade diferente. Um nasceu em São Pulo, um em Fortaleza e um em Porto Alegre. Hoje cada um dos irmãos tem uma das seguintes idades: 15 anos, 19 anos e 21 anos. Sabe-se que Lucas não nasceu em São Paulo e não tem 15 anos; que o irmão que nasceu em Fortaleza tem 21 anos; que João não nasceu em Porto Alegre nem tem 15 anos; e que Pedro nasceu em São Paulo ou em Fortaleza.

Com base nessas informações, julgue os seguintes itens.

107) O irmão que nasceu em São Paulo tem 19 anos.

108) João nasceu em Fortaleza.

109) O irmão que tem 15 anos nasceu em Porto Alegre.

110) O irmão mais novo e o mais velho são respectivamente Pedro e João.

Considerando que, em uma pesquisa de rua, cada entrevistado responde sim ou não a cada uma de 8 perguntas feitas pelos entrevistadores, julgue os itens seguintes.

111) Se um entrevistado responder todas as perguntas de forma aleatória, a probabilidade de ele responder sim a pelo menos uma pergunta será superior a 99%.

112) Será necessário entrevistar mais de 256 pessoas para se garantir que duas pessoas respondam igualmente a todas as perguntas.

113) Há menos de 50 maneiras de um entrevistado responder sim a três perguntas e não às demais.

Considere a seguinte proposição S: Ou Ana está de férias, ou Camila está na praia. Com base na proposição S julgue os próximos itens:

114) A proposição S é equivalente a proposição Se Ana não está de férias, então Camila está na praia.

115) A negação da proposição S pode ser expressa por Ana está de férias se e somente se Camila está na praia.

116) A equivalência da proposição S pode ser expressa por Ana não está de férias se e somente se Camila está na praia.

117) A proposição S pode ser negada pela proposição “Ana não está de férias ou Camila está na praia, e se Ana não está de férias então Camila não está de férias”.

Considere o seguinte argumento:

P1: Júlia é médica e Júlia atua como ortopedista.

P2: Se Júlia é médica, então Amanda é fisioterapeuta.

P3: Se Amanda é fisioterapeuta, então Carla é paciente de Júlia.

P4: Se Carla é paciente de Júlia e Júlia atua como ortopedista, então Carla é paciente de Amanda.

C: Carla é paciente de Amanda.

Com base nos conceitos de lógica e no argumento apresentado, julgue os próximos itens.

118) O argumento formado pelas premissas P1, P2, P3, e P4, e pela conclusão C é um argumento válido.

119) Para um argumento ser válido é necessário que sua conclusão seja verdadeira.

120) Em um argumento inválido as premissas são necessariamente falsas.

PROPOSTA DE REDAÇÃO

ESTATUTO DO IDOSO: A IMPORTÂNCIA DE RESGUARDAR OS DIREITOS DOS IDOSOS

O idoso assim como qualquer outro cidadão possui direitos e deveres. O Estatuto do Idoso possibilita que as pessoas possam envelhecer com qualidade de vida e com saúde, tal como todos os cidadãos merecem.

(disponível em: <http://gestaopublicaeficiente.org.br/pauta-do-dia/estatuto-do-idoso-importancia-de-resguardar-os-direitos-dos-idosos/>)

- 01) Segundo o Estatuto do Idoso, a partir de qual idade o indivíduo passa a ser sujeito amparado pelo respectivo Estatuto em questão? Além disso, o art.3 § 2º afirma que “as obrigações previstas nesta Lei não excluem da prevenção outras decorrentes dos princípios por ela adotados”, sendo assim exemplifique alguns princípios dessa lei que são definidos em outros institutos do ordenamento jurídico brasileiro que prevê a proteção aos idosos.
- 02) No CAPÍTULO III Da Proteção Judicial dos Interesses Difusos, Coletivos e Individuais Indisponíveis ou Homogêneos, aponte quem é (são) o(s) legitimado(s) para propor as ações cíveis fundadas em interesses difusos, coletivos, individuais indisponíveis ou homogêneos, e se essa proposição ocorrerá de forma exclusiva ou concorrente, explique.
- 03) Discorra sobre os principais desafios enfrentados pelos idosos referente a sua inclusão no contexto social brasileiro, e qual a importância do Estatuto do Idoso para a amenização desses desafios.

FOLHA DE REDAÇÃO

Este rascunho não será corrigido!

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

	I N S C R I Ç Ã O		0	1	2	3	4	5	6	7	8	9
			0	1	2	3	4	5	6	7	8	9
			0	1	2	3	4	5	6	7	8	9
			0	1	2	3	4	5	6	7	8	9
			0	1	2	3	4	5	6	7	8	9
			0	1	2	3	4	5	6	7	8	9
			0	1	2	3	4	5	6	7	8	9
	PROVA		1	2	3	4						

	01	C	E	39	C	E	77	C	E	115	C	E
	02	C	E	40	C	E	78	C	E	116	C	E
	03	C	E	41	C	E	79	C	E	117	C	E
	04	C	E	42	C	E	80	C	E	118	C	E
	05	C	E	43	C	E	81	C	E	119	C	E
	06	C	E	44	C	E	82	C	E	120	C	E
	07	C	E	45	C	E	83	C	E	121	C	E
	08	C	E	46	C	E	84	C	E	122	C	E
	09	C	E	47	C	E	85	C	E	123	C	E
	10	C	E	48	C	E	86	C	E	124	C	E
	11	C	E	49	C	E	87	C	E	125	C	E
	12	C	E	50	C	E	88	C	E	126	C	E
	13	C	E	51	C	E	89	C	E	127	C	E
	14	C	E	52	C	E	90	C	E	128	C	E
	15	C	E	53	C	E	91	C	E	129	C	E
	16	C	E	54	C	E	92	C	E	130	C	E
	17	C	E	55	C	E	93	C	E	131	C	E
	18	C	E	56	C	E	94	C	E	132	C	E
	19	C	E	57	C	E	95	C	E	133	C	E
	20	C	E	58	C	E	96	C	E	134	C	E
	21	C	E	59	C	E	97	C	E	135	C	E
	22	C	E	60	C	E	98	C	E	136	C	E
	23	C	E	61	C	E	99	C	E	137	C	E
	24	C	E	62	C	E	100	C	E	138	C	E
	25	C	E	63	C	E	101	C	E	139	C	E
	26	C	E	64	C	E	102	C	E	140	C	E
	27	C	E	65	C	E	103	C	E	141	C	E
	28	C	E	66	C	E	104	C	E	142	C	E
	29	C	E	67	C	E	105	C	E	143	C	E
	30	C	E	68	C	E	106	C	E	144	C	E
	31	C	E	69	C	E	107	C	E	145	C	E
	32	C	E	70	C	E	108	C	E	146	C	E
	33	C	E	71	C	E	109	C	E	147	C	E
	34	C	E	72	C	E	110	C	E	148	C	E
	35	C	E	73	C	E	111	C	E	149	C	E
	36	C										